



# B O L E T I M

## Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano II - Nº 8. JUL/AGO 2007 - ISSN 1981-7533

### Editorial

**M**argaridas que marcham e fazem florir de direitos o mundo camponês. Há quase 25 anos o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais sofreu com o assassinato de Margarida Alves, camponesa, paraibana, na luta por Reforma Agrária e direitos para as camponesas e camponeses. As organizações dos movimentos sociais do campo realizam a Marcha das Margaridas, para mostrar que de uma Margarida brotaram milhares de camponesas sedentas de igualdade e promoção de direitos sociais. Como afirmam muitas ecofeministas, como a Valda, a ação sócioeducativa com as mulheres revolve toda a estrutura social e familiar, com elas: homens, crianças, jovens e idosos são erguidos em seus direitos. O contrário é verdade, a negação dos direitos das mulheres é negar os direitos dos mesmos. No mundo camponês as estruturas do patriarcalismo e do machismo persistem. É necessária uma tremenda ação educativa, política e organizativa para valer o conjunto dos direitos das mulheres. A participação das mulheres como dirigentes sindicais é um importante passo para a superação desses preconceitos. Porém, é insuficiente sem que isso promova a participação nas gestões das unidades familiares de produção, na titularidade da propriedade fundiária e no gozo de tantos outros direitos já reconhecidos. Muito ainda precisa ser feito no campo da superação da violência doméstica, como no caso de agressões contra as mulheres. Foi importante a aprovação, neste ano, da portaria que instituiu o Fórum de Enfrentamento a Violência contra a mulher na área rural, porém muito precisa ser feito para tornar realidade o direito das mulheres a uma vida sem a ameaça de violências em todas as esferas. Este número do Boletim TRD é dedicado a elas, essas lutadoras, as mulheres: Cristinas, Vanssas, Ninas, Marias Nazarés, Sintias, Casinhas, Creuzas, Neumas, tantas e todas camponesas que lutam por direitos. Viva às Margaridas! Boa leitura!

## Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Entre os dias 3 e 6 de julho de 2007 realizou-se, em Fortaleza (CE), a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Participaram aproximadamente 1.800 pessoas, entre delegados da sociedade civil e das instâncias de governo e convidados de 23 países. O evento completa a seqüência das conferências regionais, que reuniram representantes dos povos indígenas, quilombolas, população negra, comunidades de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, pescadores

artesanais, entre outros povos. Também estiveram presentes na Conferência Nacional representantes de movimentos sociais como o MST. Durante a Conferência foram realizadas 45 moções como: “Contra a Liberação do Milho Transgênico” e “Contra a Transposição do Rio São Francisco”. A solenidade de abertura do evento, participação do presidente Lula, foi marcada pelas manifestações contra as políticas neoliberais internacionais e contra a Transposição do Rio São Francisco.

### Prioridades aprovadas pelos delegados durante III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Realizar reforma agrária ampla, imediata e irrestrita,
- Promover a agricultura familiar enquanto política pública e estratégia de desenvolvimento, incluindo a demarcação e a titulação de terras indígenas e quilombolas;
- Intensificar o apoio à agricultura familiar e ao agroextrativismo com incorporação da agroecologia nas políticas de desenvolvimento rural, bem como revisar a lei de Biosegurança, especialmente suspen-

- der a liberação de produtos transgênicos;
- Definir uma política energética sustentável que não comprometa a Segurança Alimentar e Nutricional, ofereça oportunidades à agricultura familiar e fortaleça a sua capacidade de produzir alimentos diversificados, regulando, assim, o avanço das monoculturas;
- Implantar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de garantia do Direito Humano à Alimentação adequadas aos segmentos mais vulneráveis, reconhecendo as exigências da diversidade de gênero, geracional, étnica, racial e cultural.

Fonte: Site Biodiversidad en América Latina



## Sem Terra baleado no sertão de Alagoas

O trabalhador rural Iranildo Manoel, de 37 anos, foi baleado no dia 3 de agosto quando se aproximava de um assentamento na cidade de Delmiro Gouveia (AL). Segundo testemunhas, Manoel foi vítima de uma emboscada, mas passa bem. A secretária do Movimento Sem Terra divulgou uma nota repudiando a tentativa de assassinato. Segundo o MST, o sertão alagoano é uma das regiões com maior incidência de conflitos agrário.

Trechos da Nota do MST:

“É com indignação que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado de Alagoas torna pública mais uma tentativa de homicídio contra um dos integrantes do movimento, na região sertaneja do Estado” (...) “O grito que ecoa neste momento é de repúdio e de justiça. O latifúndio tem feito vítimas por lutarem pela terra, educação, trabalho, justiça e liberdade. Exigimos respeito e atenção do Ministério Público e demais órgãos competentes para que se averigüe e prendam os mandantes e executores de mais um crime contra os trabalhadores”.

Fonte: Alagoas 24 Horas

## Lei Maria da Penha

No dia 7 de agosto a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, completou um ano de existência. A lei prevê mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. São previstas medidas como a saída do agressor do domicílio, proibindo até que ele se aproxime da vítima e dos filhos. A legislação não permite que os culpados sejam punidos com penas alternativas, podendo ser condenado de três meses a três anos de prisão. “Ao possibilitar a alteração do Código Penal, [a lei] passa a considerar toda violência doméstica como uma violação dos Direitos Humanos”, declarou a secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, Wedna Miranda. O nome da lei é uma homenagem a cearense Maria da Penha, agredida durante seis anos pelo marido. Ele tentou matá-la duas vezes e em uma de suas tentativas a deixou paraplégica. Maria da Penha esperou 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela se tornou um símbolo na luta contra a violência doméstica, atuando em movimentos sociais contra a impunidade.

Fonte: Gazeta Web e Agência Alagoas  
Saiba mais sobre a Lei Maria da Penha na seção Artigo

## Marcha das Margaridas

Com o tema “2007 razões para marchar”, cerca de 50 mil mulheres participaram nos dias 21 e 22 de julho, em Brasília (DF), da 3ª Marcha das Margaridas. Segundo a coordenadora de mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carmen Foro, o principal objetivo da Marcha das Margaridas, desde o ano 2000, é discutir o tema da fome, da pobreza e da violência contra as mulheres. “Para resolver esses problemas é preciso desenvolver políticas públicas e a reforma agrária. Por isso a gente marcha”, disse Carmem. Durante os dois dias do evento, mulheres trabalhadoras rurais de todo Brasil discutiram e cobraram respostas dos pontos da pauta de reivindicações apresentadas ao Governo Federal no dia 25 de julho, entre eles: soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e melhores condições de vida e de trabalho; política de valorização do salário mínimo; defesa da saúde pública e educação do campo; e combate à violência sexista. No último dia do evento, as trabalhadoras marcharam rumo à Esplanada dos Ministérios. O encerramento da mobilização contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vários ministros de estado. Na ocasião, Lula assinou a portaria que instituiu o Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na área rural. A ministra

da Secretaria de Política para as Mulheres, Nilcéia Freire, anunciou as respostas do governo aos principais pontos de reivindicação. Segundo Carmen Foro, apesar das respostas, a pauta de reivindicações é feita de 107 itens, assim a negociação será permanente.

### Origem da Marcha

O nome da marcha é uma homenagem a paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, no município de Alagoa Grande, por incentivar os trabalhadores rurais a buscarem na Justiça a garantia dos seus direitos. “Margarida era presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, e resistiu às ameaças que vinha sofrendo, denunciando os empregadores que insistiam em desrespeitar os direitos dos trabalhadores. Seu espírito de luta tornou-se um símbolo de força, garra e coragem para o MSTTR (Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), sobretudo para nós mulheres, ainda tão discriminadas”, disse Maria das Neves do Nascimento, presidente do Conselho Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado da Paraíba.



Marcha das Margaridas, em 2007

## Nordeste campeão de abortos

De acordo com a Federação Internacional de Planejamento Familiar, a região Nordeste apresenta a maior média nacional de abortos: 2,73 por um grupo de 100 mulheres. O tema foi discutido pela Articulação de Mulheres Brasileiras, durante o II Fórum Social Nordestino, na oficina “Aborto na Agenda Democrática”. “Entendemos que não é possível pensar em democracia se metade da população, que somos nós, as mulheres, não pode decidir sobre uma coisa que para nós é fundamental, como o corpo e nossa saúde”, disse, disse Beth Ferreira, membro da Articulação. A proposta da Articulação

de Mulheres é inserir esse debate na luta democrática, na qual os setores sociais devem estar envolvidos e ter uma participação significativa. O assunto envolve vários fatores que incidem diretamente nos indicadores sociais, em que o público mais afetado são as mulheres, negras, pobres e nordestinas. “Trata-se de uma situação de injustiça. Se a gente luta por uma sociedade democrática a gente não pode manter esse duplo status, de que quem tem dinheiro pode pagar e quem não tem pode morrer ou ser presa, ou ficar com alguma seqüela, e até não poder ser mãe, quando ela desejar ser mãe”, afirmou Beth.

Fonte: Adital

## No sertão, é preciso ser-tão persistente quanto foi Maria da Penha, para esta Lei acontecer.

Edvalda Pereira Torres Lins Aroucha (Valda)

Há sim que se comemorar um ano da Lei Maria da Penha. Pela sua própria existência, inspirada numa mulher “valente”, para denunciar e ser-tão persistente na luta por justiça, e ainda que pelos sertões, em especial do nordeste brasileiro, a Lei até então seja pouco conhecida e naturalmente ainda pouco aplicada. Entre outras razões, por não ser priorizada para investimentos e ações afirmativas de gênero pelos organismos públicos, principalmente federais, como afirmou a própria ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Nilcéia Freire. Segundo levantamento do Centro de Estudos Feminista e Assessoria (Cfêmea), o governo destinou aos municípios da região Nordeste apenas 15,9% do orçamento previsto. Em todo o Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres deixou de investir 96% do orçamento de 2007 na construção de delegacias especializadas, defensorias públicas, casas abrigos e em outros serviços do Programa Combate à Violência Contra a Mulher. Com isso, dos R\$ 23,5 milhões previstos no orçamento para ações desse ano, o país aplicou apenas R\$ 1,05 milhão, que correspondem a 4%.

A Lei Maria da Penha define que é responsabilidade dos organismos públicos estaduais a criação de delegacias especializadas e defensorias públicas. Aos organismos públicos municipais cabe a construção de casas abrigos, centros de referência no atendimento à mulher e de “educação” aos agressores. A construção e manutenção dessas instituições podem ser compartilhadas com o governo federal, que também é responsável pelas medidas de prevenção.

Logo após a edição da lei, em setembro de 2006, somente 9% dos municípios brasileiros tinham algum tipo de serviço especializado no atendimento à mulher vítima de violência, segundo levantamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Entre eles, 391 delegacias e 13 Defensorias Públicas.

Um exemplo expressivo da ausência de serviços especializados está demonstra-

do no fato de que apenas Paulo Afonso, um dos 40 municípios que compõem a região econômica do nordeste do estado da Bahia, possui uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), conseguida por longa e incansável luta das organizações da sociedade civil, fortalecida e priorizada pelo Conselho Municipal das Mulheres, com adesão de alguns políticos comprometidos com a causa. É prenúncio de que para a Lei Maria da Penha ser cumprida, haja o fortalecimento e ampliação dos movimentos de mulheres, assim como criação e consolidação com autonomia para desenvolver eticamente o controle social dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, de forma urgente e indissociável.

Mas também é preciso encontrar mais razões para comemorar. E neste artigo destacamos o empenho do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paulo Afonso/BA e das Instituições que o compõe na luta contra a violência à mulher e de tudo fazendo para se tornar um Conselho de referência para outros municípios. Isso desde a sua instituição, que se deu por medida de Lei de Iniciativa Popular, coletando mais de 3.400 assinaturas (equivalendo a mais de 5% dos/as eleitores/as do município) nas portas dos supermercados, escolas, meio rural, igrejas e diversos lugares e por legitimidade, votado pelo Poder Legislativo Local e sancionado pelo Poder Executivo.

A indissociável atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paulo Afonso/BA, dos movimentos sociais, de alguns Organismos Públicos e da DEAM tem encorajado vítimas de violência a denunciarem. Como lamentável demonstração deste incentivo, apenas no período de 44 dias (10 de julho a 24 de agosto de agosto de 2007), a DEAM registrou 44 ocorrências de mulheres agredidas e mais de 50 consultas sobre as conseqüências para os companheiros, caso firmassem a denúncia, que são das mais diversas, prevalecendo a violência física, moral e psicológica.

Mas ainda há uma longa caminhada!... Se em Paulo Afonso (BA) já se conta com todas essas instâncias e mobilizações so-

ciais, ainda falta o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como o que foi implantado no dia 8 de março deste ano, em Recife (PE) (instância jurídica fundamental para o julgamento em tempo hábil e justo dos casos encaminhados pela DEAM). Falta ainda iniciar o processo de formação educativa, permanente/atualizada para todas as polícias, hospitais e demais serviços públicos, que direta e indiretamente devem estar preparados para o atendimento apropriado, humano e ágil às mulheres vítimas de violência.

Está tramitando no Congresso Nacional uma emenda à LDO 2008 que reduz a contraparte que os Estados e Municípios têm de pagar para a União para a implantação ou manutenção desses mecanismos. Como se sabe, as dívidas dos estados e dos municípios com a União não são pequenas, de maneira que a redução da contraparte poderia ser um estímulo a mais para a implantação desses serviços, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde são pouquíssimos os serviços públicos nessa área (CFêmea, 2007). E como se diz no sertão “antes tarde do que nunca”, mais municípios possam ter as devidas, justas e merecidas condições de uma vida livre de violência, que é um direito das mulheres e de suas famílias.

Nós sertanejas precisamos ser-tão persistentes quanto Maria da Penha, para encorajar as mulheres vítimas de violência a denunciarem, conscientes de que pode ser sofrido e difícil, especialmente para as que amam e/ou são mães, mas que é necessário em nome da dignidade, da auto-estima, dos direitos humanos, tendo como uma das inspirações um poema de Cecília Meireles “aprendi com a primavera a deixar-me cortar e voltar sempre inteira”. Silenciar jamais, lutar sempre e agarrar com unhas e dentes os nossos direitos em cada canto dos sertões, povoados de mulheres destemidas, alegres, amáveis, trabalhadoras, solidárias, justas e que sabem, mesmo em estiagens e secas, repartirem o pão e a água!

## Isabel Rodrigues, Creusa Lopes e Sintia Nery

*O boletim Trabalhadores Rurais e Direitos conversou três ativistas que participaram da Marcha das Margaridas, realizada em agosto em Brasília (DF). São elas: Isabel Cristina Lima Rodrigues, representante do Sindicato de trabalhadores rurais de Belém do São Francisco (PE) e membro da Comissão de Mulheres do Município; Creusa Lopes, assessora do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA; e Sintia Verônica Almeida Nery, da Secretaria de Mulheres e Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.*

### ISABEL CRISTINA

**TRD:** *Como foi participar da Marcha das Margaridas?*

**Isabel:** Foi ótimo! Essa foi a segunda vez que eu fui. O melhor foi a participação de [presidente] Lula. É um momento de muita responsabilidade, porque levamos proposta e tem que trazer retorno. Dá um sentimento de insegurança por saber que não dá para trazer resposta, pois as questões precisam de tempo para serem resolvidas.

**TRD:** *E quais foram as reivindicações?*

**Isabel:** Para o município de Belém do São Francisco, o nosso, as propostas eram mais poucas para o município, adutora para a área sequeiro e na questão da saúde solicitamos mais médicos e medicamentos pelo SUS. E ainda melhor divulgação na Lei Maria da Penha.

**TRD:** *E quantas mulheres da região foram?*

**Isabel:** Aqui, da nossa região, foi um ônibus, eram em torno de 36 mulheres. E foram três ônibus de Petrolina (PE).

**TRD:** *Que aprendizados você trouxe da participação na Marcha?*

**Isabel:** Eu voltei com mais experiência, acúmulo de conhecimento, e com o objetivo de trabalhar melhor com as mulheres da comunidade, aqui do município. Tem a questão da informação, por exemplo, o planejamento familiar e como prevenir as DST/AIDS. Ainda tive a oportunidade de conhecer outras representantes e vi que o trabalho é vantajoso. Tivemos ainda oficinas, uma delas sobre questão da produção e comercialização.

**TRD:** *O que você poderia dizer sobre a Marcha das Margaridas para todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais?*

**Isabel:** É um momento em que nos unimos com um único objetivo, e que devemos estar sempre com essa união e assim fortalecer as trabalhadoras rurais. A união vence qualquer barreira e podemos construir um mundo melhor unidas: independente do sexo, raça e etnia!

### CREUSA LOPES

**TRD:** *Qual instituição e estado que você representou?*

**Creusa:** Os sindicatos da base do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco do Estado de Pernambuco (Orocó, Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta, Petrolândia, Jatobá, Tacaratu e Ibimirim) vinham desde o ano passado, orientados pela assessora da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco), realizando várias atividades, como rifas e bingos para conseguir recursos para as despesas de alimentação da viagem. Eu fui convidada pelo sindicato de Petrolândia para fazer parte do grupo enviado pelo sindicato. Embora, não tenha sido articulado, especificamente pelo Pólo Sindical os 8 sindicatos que enviaram mulheres são da base do Pólo, ao todo éramos 41 pessoas.

**TRD:** *Como foi participar da Marcha das Margaridas?*

**Creusa:** Participar da Marcha foi muito “forte”, a nível profissional porque me aproximou das mulheres da base do Pólo, principalmente agora que o Pólo está retomando os trabalhos com as mulheres, de poder trocar experiências com outros profissionais, participar dos debates nas temáticas. Como pessoa foi bom sentir que não “estou” sozinha na caminhada muitas vezes dura, cansativa, sem respostas para tantas questões. A grande quantidade de mulheres que marchavam decididas nas ruas de Brasília, palco de tantas mentiras, engano, despudor, renovou minhas forças para continuar procurando abrir caminho para encontrar uma réstia de luz, de transparência, de razão na luta pelos nossos direitos.

**TRD:** *O que você poderia dizer sobre a Marcha das Margaridas para todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais?*

**Creusa:** Como mulher, trabalhando há quase trinta anos na região do semi-árido nordestino com trabalhadoras e trabalhadores rurais, eu deixaria a seguinte mensagem para as mulheres trabalhadoras rurais: Margarida Maria Alves deu a vida por um ideal e nela as mais de trinta mil mulheres que estiveram em Brasília se inspiraram para Marchar contra as formas de discriminação e violência no campo, por igualdade de gênero, por paz e justiça social, assim, como dizia a estrofe do canto “Brasília

está florida. Estão chegando as margaridas. Estão chegando as decididas. É o querer, é o querer das margaridas”. Que o querer de tantas outras margaridas possam ressuscitar os sonhos de quem decidiu não se curvar diante de déspotas de ontem e de hoje, e por tudo isso, e muito mais, nós mulheres, não devemos nos cansar nunca de marchar.

### SINTIA NERY

**TRD:** *Como está a mobilização das trabalhadoras rurais da base do Pólo Sindical?*

**Sintia:** Estamos retomando, depois de algum tempo, a articulação do Coletivo de Mulheres do Pólo Sindical. Estamos reorganizando as mulheres para participação no Coletivo. Já realizamos, neste segundo semestre, duas reuniões para constituição e planejamento do Coletivo de Mulheres. E já programamos mais duas reuniões, para outubro e novembro, para continuidade do processo.

**TRD:** *Qual o objetivo do Coletivo de Mulheres? E como é a representação destas mulheres?*

**Sintia:** Os Sindicatos, da base do Pólo Sindical [Na Bahia: Macururé, Chorrochó, Barra do Tarrachil, Glória, Rodelas, Paulo Afonso, Curaçá e Abaré. E em Pernambuco: Jatobá, Petrolândia, Tacaratu, Ibimirim, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, Orocó e Santa Maria da Boa Vista], três representantes para participação do Coletivo de Mulheres. Temos como objetivo a formação de animadoras e de multiplicadoras das formações que realizaremos, como: o papel das mulheres nos espaços de poder, geração de renda, etc.

**TRD:** *O que você poderia dizer sobre a Marcha das Margaridas para todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais?*

**Sintia:** As mulheres têm a oportunidade de mostrar a sua cara e que estão organizadas. Podemos mostrar para o que viemos! Pensar na participação das mulheres nos espaços de poder é importante para nos fortalecer. Ainda pudemos, durante a Marcha, exigir Políticas Públicas mais direcionadas para as necessidades das mulheres.

## EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA  
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim  
Jorge Atílio Silva Lulianelli

Assistentes Editoriais  
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

### Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

### Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

### Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016  
e-mail: trd@koinonia.org.br  
site: www.koinonia.org.br